

Trajетórias LGBTQI+ Gaúchas em sala de aula: Educação Patrimonial através da biografia da ativista travesti Marcelly Malta Lisboa

LGBTQI+ Gaucho trajectories in the classroom: Heritage Education through the biography of the travesti activist Marcelly Malta Lisboa

Andrei Marcelo da Rosa¹, UFRGS

Resumo

O presente artigo propõe-se a refletir sobre as possibilidades e os desafios de entender vivências e espaços LGBTQI+ como patrimônio material e imaterial e como trabalhar com eles em sala de aula. A partir do desenvolvimento de biografias de pessoas LGBTQI+ no Rio Grande do Sul, projeto este vinculado ao Estágio Patrimonial desenvolvido no CLOSE – Centro de Referência da História LGBTQI+ do RS, buscou-se a inserção em um movimento de rememoração de histórias de pessoas que fogem da cis-heteronormatividade, já que encontram profunda resistência em serem reconhecidas como válidas. O foco do artigo recai na biografia produzida sobre Marcelly Malta Lisboa, ativista travesti gaúcha. A apresentação das mesmas e das outras pensadas para a oficina em sala de aula, permitiu a reflexão sobre a memória LGBTQI+ no estado, bem como a relação da turma com a comunidade.

Palavras-chave: Memória; LGBTQI+; Educação Patrimonial.

Abstract

This article proposes to reflect on the possibilities and challenges of understanding LGBTQI+ experiences and spaces as material and immaterial heritage and how to work with them in the classroom. Based on the development of biographies of LGBTQI+ people in Rio Grande do Sul, a project linked to the Heritage Internship developed at CLOSE – Centro de Referência da História LGBTQI+ do RS, we sought to insert it in a movement of remembrance of stories of people who flee of cis-heteronormativity, as they find profound resistance to being recognized as valid. The focus of the article is on the biography produced about Marcelly Malta Lisboa, a travest activist from Rio Grande do Sul. The presentation of this biography in the classroom, along with two others, allowed the reflection on the LGBTQI+ memory in the state, as well as the relationship of the class with the community.

Keywords: Memory; LGBTQI+; Heritage Education.

Introdução

O presente artigo busca discutir as possibilidades e os desafios de entender vivências e espaços LGBTQI+ como patrimônio material e imaterial e como trabalhar com eles em sala de aula. A partir da minha experiência no Estágio em Educacional Patrimonial, parte do currículo de Licenciatura em História, pretendo refletir sobre os silenciamentos que as memórias que escapam da norma cis-heterossexual enfrentam em nossa sociedade, e como é possível disputar

¹ Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail para contato: andreimarcelor@gmail.com.

e vencer estas exclusões com a Educação Patrimonial. A partir de ações de rememoração, as vivências LGBTQI+ podem finalmente serem reconhecidas como integrantes da sociedade, e não como corpos marginalizados e abjetos.

Em uma sociedade cis-heteronormativa, todas as vivências presentes na categoria do “Outro”, em oposição à norma social, encontram profunda resistência em serem reconhecidas como válidas de rememoração (BATISTA; BOITA, 2014). Isso significa afirmar que os processos que configuram políticas de memória em ambientes institucionais que visam, de alguma forma, promover a relação entre educação e patrimônio cultural, como museus e salas de aula, sistematicamente apagam vivências que fogem da norma social (BRULON, 2020). Ou seja, aquilo que não é protagonizado ou feito por um homem, cisgênero, heterossexual, pertencente à classe média ou alta e branco, tem menos chances de ser entendido como uma memória “digna” de preservação.

Nesse sentido, a criação do CLOSE – Centro de Referência da História LGBTQI+ do RS, em 2019, um coletivo coordenado pelo professor do Departamento de História da UFRGS, Benito Bisso Schmidt, é um passo importante para a mudança desse quadro. O objetivo deste grupo é permitir a valorização do passado LGBTQI+, atuando como arquivo a ser consultado para pesquisas no tema, espaço de divulgação científica e fomento de experiências de Educação Patrimonial (CLOSE, 2019). Como, em geral, as administrações municipais e estaduais não demonstram o interesse em considerar vivências não-cis-heteronormativas em suas políticas de memória, o CLOSE atua ao mesmo tempo como resistência ao silenciamento imposto aos LGBTQI+ e como “existência”, no sentido de ser um caminho de atuação e socialização da comunidade.

É no contexto do CLOSE que se desenvolveu o meu Estágio em Educacional Patrimonial, em conjunto com mais duas colegas, Vitória Giovana Duarte e Natália Velho Noronha, no primeiro semestre de 2021. A proposta consistiu na produção de biografias de personalidades LGBTQI+ que nasceram ou atuaram majoritariamente no estado do Rio Grande do Sul, as quais foram apresentadas em uma aula para o ensino médio. A partir da discussão da vivência destas pessoas, buscamos a criação de um espaço de diálogo sobre o que é ser LGBTQI+, qual a relação da comunidade com determinados espaços físicos espalhados pela capital do estado, e qual a importância de reconhecer a existência dessas pessoas e discutir sobre elas. Essas biografias também foram produzidas para integrar uma exposição híbrida sobre pessoas LGBTQI+ no Rio Grande do Sul, idealizada no âmbito do CLOSE.

O assunto principal do artigo é a biografia que desenvolvi e apresentei aos alunos e alunas, a da ativista travesti gaúcha Marcelly Malta Lisboa. Essa personalidade foi escolhida

pensando no apagamento histórico das vozes travestis e transsexuais na historiografia, mas também no próprio movimento LGBTQI+, que tende a focar em histórias cis, masculinas e homossexuais. Neste sentido, a escolha de Marcelly Malta está vinculada com a proposta geral da exposição de lutar contra o silenciamento LGBTQI+ na história e nos espaços de sociabilização, não apenas focando em histórias cis.

Pretendo, durante as páginas seguintes, refletir sobre a sua vivência e como é possível realizar a discussão do tema em sala de aula. Marcelly tem características em sua vida desafiadoras para o trabalho em um ambiente escolar tradicional, acostumado com a cis-heteronormatividade e a supressão de qualquer outra característica que escape dela. Para pensar a produção da biografia de Marcelly e a posterior oficina em que ela seria apresentada, recorri a algumas entrevistas fornecidas por pela ativista, bem como matérias jornalísticas que envolviam o seu nome e trabalhos que versam sobre a comunidade trans e travesti em Porto Alegre.

Para cumprir com os objetivos evidenciados até agora, este artigo inicia com uma breve explicação sobre o conceito de Educação Patrimonial que guiou nossas ações durante o Estágio. Julgo importante esta conceitualização, pois permite analisar as abordagens realizadas sobre a temática das memórias LGBTQI+ em sala de aula. Em seguida, trabalho com a experiência de produção da biografia de Marcelly Malta Lisboa, quais foram os questionamentos que guiaram a sua escrita e os desafios impostos pela ação de rememorar uma personalidade LGBTQI+ em uma sociedade cis-heteronormativa. Após tratar do processo de escrita, irei discorrer sobre a realização da oficina em sala de aula, e como o planejamento inicial desenvolvido pelos estagiários se traduziu na prática. Por fim, realizo algumas reflexões finais, balanceando as questões que foram propostas nesta introdução com a experiência do Estágio Patrimonial.

Por um conceito de Educação Patrimonial LGBTQI+

Durante a elaboração do plano de atividades e aplicação da oficina em sala de aula, a Educação Patrimonial foi pensada como processos educativos que têm como foco o patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial. Esta é utilizada como um recurso para que se possa compreender e reconhecer referências culturais a partir de diferentes manifestações (TOLENTINO, 2018). Quando aplicada especificamente para uma aula de história, ela ainda pretende permitir a reparação de silenciamentos operados pelo *status quo*, ou seja, pela visão de mundo e organização social dominante.

Para permitir a reparação, a Educação Patrimonial deve partir do princípio de que não existe uma hierarquia de conhecimentos e memórias. Neste contexto, o conceito de “ecologia

dos saberes” é importante, pois ele reconhece que todos os conhecimentos são conectados entre si e não-hierarquizados, formando, assim, um interconhecimento (TOLENTINO, 2018). Isso significa dizer que existem diversas epistemologias que dão conta de explicar diferentes âmbitos da vida humana e da natureza. Não existiria, então, apenas uma forma certa de experienciar a vida em sociedade e refletir sobre ela. Desta forma, ao utilizá-lo dentro da ideia de Educação Patrimonial, é permitida a criação de ferramentas para a rememoração de conhecimentos e vivências historicamente excluídas.

Quando pensamos na memória LGBTQI+, percebemos que os ambientes de patrimônio, em geral, trabalham com uma ideia de Educação Patrimonial diferente da apresentada neste artigo. As políticas de memória empregadas por estes e as ações de mediação que configuram a Educação Patrimonial destas instituições historicamente têm sido orientadas na criação de uma norma, que categoriza hierarquicamente o que deve e o que não deve ser lembrado. Neste sentido, impera um raciocínio excludente de que trabalhar com a memória LGBTQI+ não é a “missão” destas instituições (BATISTA; BOITA, 2014). Nos raros momentos em que aparece como tema de algumas reflexões, estas são feitas sem aprofundamento e descoladas da chamada “história oficial”, como se fossem apêndices.

A produção de biografias de personalidades LGBTQI+ se insere na perspectiva de Educação Patrimonial apresentada no sentido de configurar um importante passo na busca pela reparação dessas memórias no Rio Grande do Sul. Apesar de existirem alguns trabalhos acadêmicos que tratam deste tema, quando se pensa em atividades que busquem o diálogo com a sociedade, percebe-se que existe um grande caminho a ser traçado para que possamos falar em uma evidente reorientação para fora da norma cis-hétero. Apesar de perspectivas como a de Brulon (2020), que afirma que pensar estas memórias como específicas em relação à norma pode intensificar a existência da diferença a partir da sua reafirmação, para a elaboração da oficina partimos da ideia de que um primeiro passo para a quebra do silenciamento é a exposição destas vivências e a sua discussão com a sociedade.

Ao debatermos sobre memória LGBTQI+ é importante evidenciar que esta pode ser tanto material quanto imaterial. A cultura e as memórias associadas a ela podem ser entendidas como fenômenos abrangentes que se manifestam material e imaterialmente, a partir de valores, crenças e visões de mundo (VELHO, 2006). As comunidades LGBTQI+ se beneficiam deste conceito de cultura pois historicamente têm sido marginalizadas tanto nas discussões públicas quanto em espaços físicos. Geralmente a ocupação de espaços públicos por um grande grupo de pessoas LGBTQI+ foi feita de forma à margem das administrações municipais e estaduais. Se sabe que estes espaços eram associados à comunidade através da formação de uma memória

comunitária, mantida através da oralidade. Assim, as culturas associadas à comunidade, apesar de terem um elemento material, os espaços de socialização, são muito vinculadas à oralidade e vivência em grupo.

Recentemente, entretanto, é possível mapear certas iniciativas que visam a criação de espaços de memória e socialização LGBTQI+, como o Museu da Diversidade, vinculado ao governo estadual de São Paulo. Mesmo assim, estas sofrem diversos tipos de repressões do poder estabelecido, evidenciando que ainda há um longo caminho a percorrer no que diz respeito à materialização das memórias LGBTQI+ no Brasil. O próprio Museu da Diversidade foi fechado no dia 29 de abril de 2022, após uma decisão judicial motivada por denúncias de um deputado, incomodado com a destinação de verba pública para um espaço destinado à cultura LGBTQI+. Essa onda de ataques, que segue o fechamento da exposição *Queermuseu* em 2017, montada no Santander Cultural de Porto Alegre, demonstra que mesmo quando existem essas iniciativas de ocupação de espaços, o poder público acaba sendo refém de grupos conservadores no poder.

Em meio a esse cenário de falta de mais espaços de memória e de ataque aos que já existem, a perspectiva da oficina sobre biografias LGBTQI+ está vinculada a um conceito de Educação Patrimonial que leva em conta a materialidade e a imaterialidade. Ao pretender apresentar espaços de convivência da comunidade, essa dimensão material do patrimônio é ativada, porém se relaciona também com a vivência de cada pessoa que fazia ou faz uso desse espaço e suas memórias. A ação de escolher certas trajetórias de vida para a oficina e a exposição também acarreta na configuração do corpo destas personalidades como um elemento de patrimônio LGBTQI+, unindo material e imaterial. Assim, essa compreensão de patrimônio permite que a atividade proposta pelo estágio se configure como uma ação de educação patrimonial que não considera as vivências como algo desconectado de um espaço físico. Assim, constrói-se um conhecimento que coloca em evidência grupos da sociedade que historicamente vêm sendo marginalizados, apesar de estarem presentes em diversos espaços e possuírem diversas trajetórias, e que luta contra a onda conservadora que tomou de assalto o país nos últimos anos.

A produção das biografias: o caso de Marcelly Malta Lisboa

Durante as reuniões para a elaboração da atividade relacionada ao estágio, decidimos seguir com uma demanda do CLOSE de criação de uma exposição híbrida de histórias de pessoas LGBTQI+ do Rio Grande do Sul e dos espaços de convivência da comunidade,

denominada *Histórias da Gente: trajetórias LGBTQIA+ no RS*². A iniciativa conta com cartazes espalhados por vias públicas, confeccionados pela artista trans Priscila Froes, contendo um *QRCode* que redireciona para uma página online contendo as biografias. Cada biografia conta com quatro eixos em comum: a história de vida da pessoa, a marca que ela deixou na comunidade, as bandeiras que defendeu e os caminhos que percorreu no estado.

Como afirmado anteriormente, para a oficina do estágio obrigatório, foram selecionadas três personalidades: Caio Fernando de Abreu, conhecido escritor bissexual, Luísa Felpuda, famoso homem cis-gay dono de um bordel em Porto Alegre, e Marcelly Malta Lisboa, ativista travesti pioneira no estado. Isso se deu devido ao curto prazo para a realização da atividade, já que, além da produção do material, era preciso pensar em uma aula para a mediação com a comunidade. A produção da exposição extrapolou o período designado para o estágio, pois envolve a inserção de novas biografias além das três já produzidas.

Para a criação da exposição, utilizamos a plataforma ARCGis, que tem acesso gratuito disponibilizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para quem de alguma forma está associado a ela. Dentre diversas funcionalidades que a plataforma permite, como a criação de mapas interativos, a que foi escolhida para a elaboração das biografias é denominada *StoryMaps*. A partir dela, é possível inserir textos, imagens, links, mapas, vídeos, e diversas outras formas de mídia. O resultado é uma página interativa, com uma interface simples e de fácil visualização, características essenciais quando se pensa em uma exposição para o grande público.

Cada uma das três personalidades selecionadas tem questões próprias relacionadas ao ser LGBTQIA+ no estado, e trabalhar todas elas no presente artigo configuram uma tarefa extensa e não permite uma reflexão profunda sobre a aplicação da oficina. Assim, para tratar da experiência do estágio, evidenciarei nos próximos parágrafos o processo de desenvolvimento da biografia de Marcelly Malta Lisboa, realizado por mim. A partir das suas memórias, busquei trabalhar na oficina a realidade das pessoas travestis no Brasil e a relação da comunidade com a prostituição.

Marcelly Malta Lisboa, como supracitado, é uma ativista pioneira do movimento trans e travesti no Rio Grande do Sul, e nasceu na cidade de Mato Leitão, no interior do estado, em 1951. Aos 12 anos, ela e sua família se mudaram para Venâncio Aires, uma cidade

² No dia 25 de junho de 2022, a exposição foi inaugurada no bar Ocidente, um dos locais que mais aparecem nas trajetórias da exposição. Foram colados os primeiros cartazes nas paredes externas e internas do local. Posteriormente, os cartazes foram colocados em outros pontos da cidade. É possível visualizar a parte online da exposição no seguinte link: <https://linktr.ee/historiasdagente>. Acesso em 08 de julho de 2022.

relativamente maior, mas ainda localizada no interior. Desde cedo, Marcelly narra que tinha dificuldade em se identificar com os signos que eram associados ao “ser homem” (LAPPACS, 2016). Com a ajuda de freiras que faziam parte do ambiente de convívio de Marcelly, aos 15 anos ela consegue um emprego e moradia na Santa Casa de Porto Alegre, tendo, a partir desse momento, vivenciado uma mudança de perspectivas, gerando questionamentos e confusões quanto a sua identidade (LISBOA, 2017). É importante destacar que durante esse período da vida de Marcelly, foi instaurada a Ditadura Civil-Militar no Brasil, em 1964, que reforçava uma ideia de respeito à moral e aos “bons costumes”, estes imaginados a partir de uma visão cis-heteronormativa.

O foco da oficina recaiu sobre dois momentos específicos da vida de Marcelly que aparecem na biografia construída para a exposição. O primeiro deles é a sua inserção na prostituição. Marcelly é apoiada por um de seus amigos e colega de trabalho, também LGBTQI+, a se prostituir num famoso ponto da cidade, a caixa d’água do Moinhos de Vento, mais conhecida atualmente como parte do Parque Hidráulica Moinhos de Vento. Passou a utilizar roupas consideradas “femininas” e medicamentos hormonais confiscados da farmácia da Santa Casa, sendo a partir desse momento que começou a se entender enquanto travesti (LAPPACS, 2016). Além de fazer uso desses medicamentos, ela constantemente os compartilhava, bem como outros relacionados às doenças sexualmente transmissíveis, com suas colegas travestis, sendo este o início da construção da imagem de Marcelly como uma espécie de liderança para a comunidade.

A prostituição tinha — e ainda tem — uma relação complexa com as comunidades trans e travestis da época. Ao mesmo tempo que era um destino geralmente imposto, havia também um sentimento de pertencimento a uma comunidade, o que levava muitas a se inserirem neste trabalho (OLIVEIRA, 2018). Assim, ao mesmo tempo que Marcelly aponta as dificuldades que enfrentava, como a necessidade de esconder as mudanças corporais e atuar como um “homem” nos ambientes que frequentava durante o dia, e a repressão da polícia, ela enfatiza o grande retorno financeiro da prostituição, que teria permitido uma considerável melhora material de sua vida, fato este evidenciado pela sua mudança para uma casa na rua Sarmiento Leite, compartilhada com outras travestis, deixando então de morar na Santa Casa. Mesmo quando prestou concurso para auxiliar em serviços médicos e foi aprovada em 1979, Marcelly não abandonou a prostituição. Esta era associada por muitas travestis da época com o luxo e parte da própria identidade que unia suas vivências (LAPPACS, 2016).

Na hora de produção da biografia e de sua aplicação para a sala de aula, a prostituição esteve envolvida em uma importante questão para mim: como trabalhar um assunto permeado

de tabus e preconceitos em sala de aula? A sociedade brasileira, de forma geral, não considera a prostituição uma profissão digna de respeito, e falar sobre sexo em um momento de dura repressão ao assunto em sala de aula, decorrente de uma onda conservadora em voga, poderia gerar inúmeros protestos. Ademais, como convencer uma turma inteira de que é importante relembrar as histórias LGBTQI+, especificamente no caso de Marcelly o ser travesti, sendo que vivemos em um país altamente repressivo? Desta forma, considero que produzir uma oficina sobre uma personalidade LGBTQI+ muito relacionada com a prostituição e que não a enxerga como algo intrinsecamente negativo é uma tarefa potencialmente disruptiva e pode não ser bem recebida, tanto pela turma que a realizava, quanto pelos seus responsáveis.

Como a prostituição é essencial para entender a trajetória de Marcelly, era complicado sequer cogitar suprimir essa parte de sua vida. Como afirmado, a prostituição e a comunidade trans e travesti estão intrinsecamente relacionadas, e simplesmente escolher não trabalhar com isso seria trair o objetivo principal da exposição e da oficina, de rememorar vivências LGBTQI+ no Rio Grande do Sul, disputando com o silenciamento que estas enfrentam. Como lutar contra este silenciamento silenciando tudo aquilo que afronta à norma? Remover essa parte da vida de Marcelly seria se curvar à cis-heteronormatividade, que “tolera” uma pessoa LGBTQI+ apenas quando esta reproduz comportamentos da norma, e mesmo assim, sempre será vista como uma dissidência (SACRAMENTO; FERREIRA, 2019).

Outro momento da vida de Marcelly que foi destacado é a sua atuação institucional. Ao retornar ao Brasil depois de um tempo em que passou trabalhando como prostituta na Europa, na segunda metade da década de 1990, ela começou a se envolver com o GAPA (Grupo de Apoio à Prevenção da aids)³, que reunia muitas pessoas LGBTQI+ em Porto Alegre. Já em 1999, participou da fundação da Igualdade — Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul⁴, a primeira associação com este perfil no estado. A atuação institucional de Marcelly foi destacada na oficina por mostrar os caminhos de luta dentro da comunidade. A formação de ONGs (Organização não-governamental) se insere nesse fenômeno por ser uma ferramenta de união, amparo e de luta. Ao mesmo tempo que a Igualdade RS, na qual Marcelly atua até os dias atuais, distribui alimentos para pessoas trans e travestis em situação de

³ Organização fundada no Rio Grande do Sul em 1989, com o objetivo de acolher pessoas atingidas pelo HIV, prestando apoio psicossocial e jurídico. Foi a primeira organização deste estilo no sul do país. O GAPA se mantém ativo até os dias atuais, realizando campanhas de conscientização e acolhimento, bem como lutando por políticas públicas efetivas para apoio à pessoas com aids. Para mais informações: <https://www.facebook.com/GAPA-RS-906297762740885/>. Acesso em 08 de julho de 2022.

⁴ Organização não-governamental (ONG) que até hoje atua pela promoção e proteção dos direitos de pessoas trans e travestis no Rio Grande do Sul. Para mais informações: <https://www.facebook.com/AIgualdade/>. Acesso em 08 de julho de 2022.

vulnerabilidade, ela pressiona os órgãos públicos por atitudes para garantir melhores condições de vida para estas pessoas.

Apesar de Marcelly ser uma personalidade muito conhecida nos círculos LGBTQI+ gaúchos e aparecer com certa frequência na mídia, não foi alvo de nenhum trabalho detalhado até o presente momento. A maior fonte utilizada foi a dissertação de mestrado de Augusta da Silveira de Oliveira, intitulada “*Tenho o direito de ser quem eu sou*”: o movimento de travestis e transexuais em Porto Alegre (1989-2010), mas ela versa também sobre outras vivências de travestis. As fontes utilizadas, a dissertação, entrevistas de Marcelly e outros textos jornalísticos, muitas vezes traziam informações que se contradiziam, o que impôs um desafio na seleção de fatos que constavam no texto. Como Marcelly ainda é ativa na Igualdade RS, ela prestou auxílio na verificação destes, também oferecendo sugestões do que ela gostaria que fosse acrescentado.

Apesar dos desafios, julgo que a biografia foi construída de forma satisfatória, sendo aprovada também pela própria Marcelly. Foi possível apresentar pontos importantes e sensíveis sobre a vida da ativista. Busquei evidenciar que Marcelly, assim como qualquer pessoa LGBTQI+, não apenas luta, mas também vive. Os espaços que conviveu, como a Santa Casa, a Caixa d’água e a Igualdade, eram ou são lugares de vida, não apenas de resistência à repressão. Dessa forma, sua biografia destaca suas dificuldades, afinal elas estão por trás da atuação institucional enquanto ativista, mas também trazem outros aspectos que constituem quem ela é enquanto pessoa. Como evidenciado em LAPPACS (2016), a prostituição, por exemplo, era o espaço de trabalho de Marcelly, mas também de convivência, era onde ela se unia com uma comunidade de semelhantes, onde vivia o “glamour” associado ao trabalho. Busquei evidenciar, então, que a vida de uma pessoa LGBTQI+ não é apenas luta e tragédia.

A aplicação da oficina

O pensar a aula se mostrou um novo desafio. As três biografias produzidas apresentavam diversas questões, que tranquilamente ocupariam diversas aulas. Entretanto, havia apenas um período curto de aula para aplicação da oficina. Isso significou a necessidade de operar uma seleção de assuntos relacionados a cada biografia. No caso de Marcelly, como já evidenciado, escolhi trabalhar com a questão das vivências de travestis e as suas relações com a prostituição, bem como a atuação institucional da ativista. Como tema geral, as três biografias também destacaram alguns espaços físicos relacionados às personalidades, cumprindo com o objetivo de evidenciar a relação não-oficializada entre locais de convivência e a comunidade LGBTQI+, que sobreviveu principalmente nas memórias deste grupo.

Antes de trabalhar as biografias, havia uma questão que precisava ser debatida. A oficina seria realizada de forma remota, em função da pandemia do coronavírus, com diferentes anos do Ensino Médio da escola rural Emília Viega da Rocha, por ideia da professora responsável, Liane Müller. Assim, até que ponto era de conhecimento geral da turma conceitos importantes para o estudo das biografias, como “identidade de gênero”, “sexualidade”, e o que cada letra da sigla LGBTQI+ representa? Não seria propício para a discussão em sala de aula simplesmente apresentar as vivências, sem trazer nenhuma espécie de contextualização. Assim, de modo complementar aos textos biográficos, produzimos uma apresentação de slides que buscava trazer, de forma objetiva e didática, os conceitos que seriam cruciais para compreender a oficina. Assim, a turma pôde munir-se de ferramentas para debater a partir das propostas de reflexão relacionadas com as vivências. Isso configura a perspectiva de Freire (2011) de um processo em que a turma entra em contato com conhecimentos previamente construídos e, durante o espaço de ensino-aprendizagem, constrói novos conhecimentos a partir da reflexão, do debate, em conjunto com os responsáveis pela aula, que, no caso da oficina, são os estagiários.

Partindo da ideia de Freire (2011) e hooks (2017) de não desenvolver uma aula expositiva apenas, já que isso evidencia uma noção de que quem dá a aula é detentor do conhecimento e quem a assiste é uma folha em branco pronta para ser preenchida, a ideia original por trás da oficina era introduzir os conceitos e as biografias de uma forma que não ocupasse todo o tempo da aula. Isso também configura uma mediação participativa, de acordo com Pacievitch (2019), no sentido de que não seria apresentado apenas as memórias à turma, mas também essa seria incentivada a refletir sobre elas, compreender a sua importância como patrimônios, apesar de não serem consideradas como tal pelos órgãos responsáveis. Pensando no planejamento original, as apresentações de cada um dos estagiários e a exposição dos conceitos e biografias tomariam no máximo 30 minutos de aula, e o resto seria dedicado ao debate. Ao final, foram expostas questões para incentivar a reflexão da turma, sendo esta convidada a debater sobre elas.

O objetivo de gerar um debate foi atingido em parte. Apenas uma aluna da turma abriu seu microfone para debater sobre uma das questões propostas. As demais intervenções foram feitas pelos estagiários, pela professora responsável e pelo professor Benito, do CLOSE, que também estava assistindo à oficina. Essa falta de participação pode ser explicada por diversos fatores. Primeiramente, a aula teve lugar no período da noite, a partir das 19h. Boa parte da turma trabalha durante o dia, acarretando em cansaço na hora da aula. Além disso, o fato de ter sido realizada em uma ferramenta *online*, o Google Meet, também influenciou tanto no interesse

em participar quanto em questões técnicas. Muitas pessoas estavam reclamando de instabilidades na conexão da internet, o que certamente influenciou na compreensão da proposta apresentada na oficina, já que em diversos momentos houve quedas da sala, o som pode ter travado, entre outros aspectos.

Por fim, a própria temática trabalhada pode ter sido sensível para alguns alunos/as, que talvez preferiram não se pronunciar por receio de serem ouvidos em casa, o que poderia trazer julgamentos. Essa possibilidade foi imaginada ainda durante a elaboração do planejamento. No modelo disponibilizado, constava um campo em que era preciso discorrer sobre a avaliação que seria aplicada para a turma. Entretanto, foi decidido em conjunto que não seria utilizada nenhuma ferramenta avaliativa, pois em se tratando de um tema sensível, qualquer produção material que fosse solicitada poderia ser um fator de inibição ou desconforto. A avaliação que seria realizada pelos estagiários seria a participação no debate. A própria falta de participação configura por si só a avaliação, pois permite identificar os pontos mencionados acima.

Mesmo com a falta de participação no debate, a oficina como um todo foi elogiada pela turma ao final dela. Isso nos permite concluir que de alguma forma ela teve influência sobre quem participou, gerando reflexões que, apesar de não terem sido verbalizadas ou escritas no chat, talvez acompanhem as pessoas por um tempo, fazendo-as repensar suas visões sobre a comunidade LGBTQI+. Para quem se identifica com alguma das letras da sigla ou está em processo, pode ter sido de grande importância visualizar a valorização de outras pessoas da comunidade, suas trajetórias e perceber que ser LGBTQI+ não é apenas lutar, mas também viver.

Considerações Finais

Atividades que visam a rememoração de vivências LGBTQI+ e os espaços que a comunidade ocupava e ainda ocupa nos dias atuais são importantes para o questionamento de uma perspectiva excludente daquilo que merece ou não ser preservado. Neste sentido, a própria atuação do CLOSE é disruptiva pois, no estado do Rio Grande do Sul, ainda impera o silenciamento sobre as questões da comunidade e toda a história de luta e vida é apagada em detrimento de uma vivência considerada “correta”, “normal”. Assim, as ações de memória do CLOSE, com maior destaque à proposta de desenvolvimento de uma exposição sobre vivências LGBTQI+ no estado, são essenciais para a construção de uma nova ideia de patrimônio, mais inclusiva.

Neste sentido, quando se alia estes trabalhos de rememoração com a Educação Patrimonial, visando a mediação destes com a sociedade, potencializa-se a visibilidade das

questões da comunidade LGBTQI+ e rompe-se com o apagamento desta na sociedade. No caso específico da oficina realizada no Ensino Médio, a Educação Patrimonial permite também a reflexão sobre si mesmo/a, ao permitir que estes/as adolescentes entrem em contato com diferentes formas de identidade, expressão de gênero e sexualidade, que muitas vezes são negadas a eles/as pelos ambientes em que estão inseridos/as. Assim, mais do que simplesmente permitir uma lembrança, atividades de Educação Patrimonial podem ser responsáveis pela construção de identidades.

O trabalho com os espaços de convivência LGBTQI+ também configurou um momento positivo da oficina. Permitiu destacar que a comunidade está presente há anos em certos espaços, apesar do silenciamento e afastamento que sofre. O pensamento conservador atual costuma afirmar que “ser gay”, “ser bi”, “ser trans”, entre outras identificações, são fenômenos recentes, relacionados com a nova geração de adolescentes. O enfoque nestes espaços prova o contrário, ao mesmo tempo em que traz à tona histórias marginalizadas pela narrativa homogeneizante da cis-heterormatividade.

A oficina não funciona apenas como uma via de mão única. Nós, estagiários responsáveis pela sua idealização, também entramos em contato com inúmeras reflexões que nunca havíamos feito antes. Assim, o espaço de oficina vinculado ao Estágio Patrimonial se configurou como um grande laboratório de reflexões, em que ideias do que configura um patrimônio material e imaterial, o que é memória e quem é responsável por ela, entre outras, foram repensadas em conjunto. Apesar de não terem sido verbalizados, estes questionamentos certamente impactaram pelo menos uma parte dos envolvidos na oficina, o que já configura um passo considerável na busca da comunidade LGBTQI+ pelo reconhecimento enquanto parte viva da sociedade.

Referências

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Protagonismo LGBT e museologia social: uma abordagem afirmativa aplicada à identidade de gênero. **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, vol. 27, n° 41, dezembro, 175-192, 2014.

BRULON, Bruno. Museu queer e Museologia da bricolagem: o problema da diferença nos regimes museais. **Museologia e Interdisciplinaridade**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, vol. 9, n° 17, janeiro-julho, 81–94, 2020.

CANCLINI, Néstor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: IPHAN, n°. 23, 95-115, 1994.

CLOSE RS. Close RS. 2019. Página Inicial. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/close/>. Acesso em 10 de nov. de 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LISBOA, Marcelly Malta. **A força no reflexo de Marcelly Malta**. Entrevista concedida a Gian los Panisson e Leonardo Kaller. Apple Podcasts, julho de 2017. Disponível em: <https://podcasts.apple.com/br/podcast/a-for%C3%A7a-no-reflexo-de-marcelly-malta/id1561297826?i=1000515426196>. Acesso em 25 de outubro de 2021.

LAPPACS. **História de Vida e Ação Política 03 - Marcelly Malta (Igualdade)**. Youtube, 23 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9g341q0rZO8>. Acesso em 25 de outubro de 2021.

OLIVEIRA, Augusta da Silveira de. **“Tenho o direito de ser quem eu sou”**: o movimento de travestis e transexuais em Porto Alegre (1989-2010). Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2018.

SACRAMENTO, Igor; FERREIRA, Vinicius. As identidades LGBT no Brasil: entre in/visibilidades e in/tolerâncias. **Reciis** – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, vol. 13, n° 3, julho-setembro, 444-449, 2019.

TOLENTINO, Atila. Educação Patrimonial Decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização Federal. **Sillogés**. Rio Grande do Sul: GT Acervos da ANPUH/RS, v. 1, n° 1, janeiro-junho, 41-60, 2018.

PACIEVITCH, Caroline. **Mediação, mediação participativa e ensino de História em espaços de memória**. Texto produzido para aula. 2019.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, Negociação e Conflito. **Mana**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, v. 12, n° 1, abril, 237-248, 2006.